



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

**RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DE DEFESA
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

PROCESSO:	83909/2020
PRINCIPAL:	MATO GROSSO PREVIDENCIA
GESTOR:	ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA
ASSUNTO:	APOSENTADORIA/REFORMA/RESERVAS
INTERESSADO:	ANESTINA DE OLIVEIRA SOUZA
RELATOR:	ISAIAS LOPES DA CUNHA
EQUIPE TÉCNICA:	BRUNO ALBERTO ZYS
NÚMERO DA O.S.	5194/2022

APLIC/ControlP



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ANÁLISE DE DEFESA	1
3. CONCLUSÃO	1
APÊNDICE - A - Portaria nº 416/1983	3
APÊNDICE - B - Decreto nº 734/1984	5
APÊNDICE - C - Decreto nº 795/1984	8



1. INTRODUÇÃO

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, no artigo 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como nos artigos 10, inciso XXIII, e 211, inciso II da Resolução Normativa 16/2021, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apresenta-se o Relatório Técnico de Defesa referente à aposentadoria da Sra. Anestina de Oliveira Souza, no cargo de Professor Educ. Básica, classe/nível C-12, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no município de Cuiabá/MT.

2. ANÁLISE DE DEFESA

Conforme consta no Relatório Técnica Preliminar (Doc. Digital nº 54.786/2020), foi solicitada documentação comprobatória do vínculo da servidora referente aos períodos de 01/07/1980 a 31/07/1982; 15/02/1982 a 31/01/1983; e 17/02/1983 a 15/02/1985.

Em resposta, o Diretor-Presidente do MTPrev encaminhou os seguintes documentos:

1. Portaria nº 4.013/1980 (Doc. Digital nº 18.617/2022, pág. 15), que admitiu a servidora para o cargo de professora, de 01/07/1980 a 28/02/1981;
2. Portaria nº 1.013/1981 (Doc. Digital nº 18.617/2022, pág. 13), que admitiu a servidora para o cargo de professora, de 01/03/1981 a 31/01/1982; e
3. Portaria nº 589/1982 (Doc. Digital nº 18.617/2022, pág. 16), que admitiu a servidora para o cargo de professora, de 15/02/1982 a 31/01/1983.

Ademais, em consulta ao portal dos Diários Oficiais do Estado no site da IOMAT, verificou-se as seguintes publicações:

1. Portaria nº 416/1983 (Apêndice A), que admitiu a servidora para o cargo de professora, de 17/02/1983 a 31/01/1984;
2. Decreto nº 734/1984 (Apêndice B), que prorrogou a Portaria nº 416/1983 até 31/01/1984;
3. Decreto nº 795/1984 (Apêndice C), que prorrogou os efeitos do Decreto nº 734/1984 até a nomeação dos aprovados em concurso público.

Dessa forma, verifica-se que foram juntados documentos suficientes para comprovação do vínculo da servidora nos períodos de 01/07/1980 a 31/07/1982, 15/02/1982 a 31/01/1983 e 17/02/1983 a 15/02/1985, conforme solicitado no Relatório Técnico Preliminar, não havendo outras pendências impeditivas do registro do ato de concessão da aposentadoria, ante o preenchimento dos requisitos exigidos pelo art. 3º, da EC nº 47/2005.

3. CONCLUSÃO



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

Assim sendo, opina-se pelo registro do Ato nº 5.540/2020, que concedeu a aposentadoria à Sra. Anestina de Oliveira Souza, nos termos dos arts. 100 e 211, § 2º, da Resolução Normativa nº 16/2021.

Em Cuiabá-MT, 5 de Agosto de 2022.

BRUNO ALBERTO ZYS
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - Portaria nº 416/1983

APÊNDICE - A

Portaria nº 416/1983

Secretaria da Agricultura

Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Mato Grosso — CEPA/MT.

PORTARIA Nº 004/83

O Presidente da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Mato Grosso — CEPA/MT, usando das atribuições que lhe confere o artigo 4º do Decreto n. 2.200, de 21 de Dezembro de 1982, obedecendo às disposições contidas no artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de Março de 1964,

RESOLVE:

Artigo 1º — Abrir um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 10.353.599,37 (Dez Milhões, Trezentos e Cinquenta e Três Mil, Quinhentos e Noventa e Nove Cruzeiros e Trinta e Sete Centavos), no orçamento da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Mato Grosso — CEPA/MT, como reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

4800 - Secretaria da Agricultura		
Entidades Supervisionadas		
4802 - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Mato Grosso — CEPA/MT.		
4802.04090152.028 - Manutenção da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Mato Grosso — CEPA/MT.		
3111.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Cr\$	396.761,00
80 - Convênio	Cr\$	396.761,00
3111.02 - Despesas Variáveis	Cr\$	890.600,00
80 - Convênio	Cr\$	890.600,00
3120.00 - Material de Consumo	Cr\$	1.738.874,59
00 - Ordinário	Cr\$	129.155,88
40 - Recursos Diretamente Arrecadados	Cr\$	291.178,91
80 - Convênio	Cr\$	1.318.540,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos	Cr\$	5.647.372,95
40 - Recursos Diretamente Arrecadados	Cr\$	159.401,00
80 - Convênio	Cr\$	5.487.971,95
3253.00 - Salário Família	Cr\$	59.109,00
80 - Convênio	Cr\$	59.109,00
3280.00 - PASEP	Cr\$	1.619.381,83
80 - Convênio	Cr\$	1.619.381,83
4120.00 - Equipamento e Material Permanente	Cr\$	1.500,00
00 - Ordinário	Cr\$	1.500,00
TOTAL	Cr\$	10.353.599,37

Artigo 2º — As despesas decorrentes do presente Crédito, correrão à conta do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 1982, conforme prevê o § 1º inciso I, do artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3º — Esta Portaria entra em vigor, na data da sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Cuiabá-MT, 07 de Junho de 1983.

JULIMAR BRIGIDO MILITAO

Presidente da CEPA/MT

APROVO: ANTÔNIO EUGÊNIO BELLUCA
Secretário de Agricultura

Secretaria de Educação e Cultura

PORTARIAS

PORTARIA Nº 416/83

O Secretário de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a necessidade de com-

plementar, o Quadro de Pessoal Docente da Escola de 1º Grau "Ten. ALACYR DE LANNES", do município de Várzea Grande — DREC de Cuiabá, e de acordo com os processos protocolados nesta Secretaria.

RESOLVE:

I — Autorizar o pagamento de horas aulas excedentes semanais, aos professores Efetivo abaixo mencionados:

a) — No regime de 22 (vinte e duas) horas aulas excedentes semanais, no período de 17.02.83 à 31.01.84.

01 - Vasti Pereira da Conceição — Proc. nº 8892/83

Classe A, Nível "01"

b) — No regime de 17 (dezessete) horas aulas excedentes semanais, no período de 17.02.83 à 31.01.84.

01 - Eunice da Silva Araújo — Proc. nº 8879/83

Classe A, Nível "01"

II — Admitir para exercer a função de professor, os servidores abaixo mencionados:

a) — No regime de 22 (vinte e duas) horas aulas semanais, com a remuneração mensal de Cr\$ 74.024,00 (setenta e quatro mil e vinte e quatro cruzeiros), no período de 17.02.83 à 31.01.84.

01 - Solange Aparecida Doreto — Proc. nº 8875/83

b) — No regime de 22 (vinte e duas) horas aulas semanais, com a remuneração mensal de Cr\$ 41.788,00 (quarenta e um mil setecentos e oitenta e oito cruzeiros), no período de 17.02.83 à 31.01.84.

01 - Lucila Rodrigues Soares — Proc. nº 8885/83

02 - Solange Auxiliadora da Silva — Proc. nº 8896/83

03 - Lourdes Teresinha Berwanger de Siqueira — Proc. nº 8894/83

04 - Maria Rita da Silva Lopes — Proc. nº 8874/83

05 - Anestina de Oliveira Souza — Proc. 8886/83

06 - Deusa Costa e Silva — Proc. nº 8897/83

07 - Ires Pereira Lemes e Silva — Proc. 8884/83

08 - Maria Auxiliadora da Silva Campos — Proc. 8882/83

09 - Marcia Gonçalves Maciel Dias — Proc. 8889/83

10 - Maria Conceição Tenutes — Proc. nº 8895/83

11 - Rita Elizabeth Gomes Pinto — Proc. 8880/83

12 - Celina Gonçalves da Silva — Proc. 8887/83

13 - Carmen Amorim de Campos Tenutes da Silva — ... Proc. 8881/83

14 - Maria Bundespacho Ojeda Costa — Proc. nº 8883/83

III — Admitir para prestar serviços, os servidores abaixo mencionados:

a) — No regime de 30 (trinta) horas semanais, com a remuneração mensal de Cr\$ 56.984,00 (cinquenta e seis mil novecentos e oitenta e quatro cruzeiros), no período de 17.02.83 à 31.01.84.

01 - Luiz Dechamps — Proc. nº 8878/83

b) — No regime de 27 (vinte e sete) horas semanais com a remuneração de Cr\$ 51.285,00 (cinquenta e um mil e duzentos e oitenta e cinco cruzeiros), no período de 17.02.83 à 31.01.84.

01 - Alfredo Abrão Nassarden Junior

c) — No regime de 25 (vinte e cinco) horas semanais com a remuneração de Cr\$ 47.486,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e seis cruzeiros), no período de 17.02.83 à 31.01.84.

01 - Mauro Massao Shiota Hayashi — Proc. nº 8872/83

02 - Márcia Maria Gitirana — Proc. nº 8877/83

d) — No regime de 22 (vinte e duas) horas semanais, com a remuneração mensal de Cr\$ 41.788,00 (quarenta e um mil setecentos e oitenta e oito cruzeiros), no período de 17.02.83 à 31.01.84.

01 - Edenil Maria da Silva — Proc. nº 8893/83

e) — No regime de 22 (vinte e duas) horas semanais, com a remuneração mensal de Cr\$ 31.440,00 (trinta e um mil quatrocentos e quarenta cruzeiros), no período de 17.02.83 à 31.01.84.

01 - Alair Miquilina da Costa — Proc. nº 8891/83

02 - Neusa Marquesini Alves — Proc. nº 8890/83

03 - Beatriz Ramos da Conceição — Proc. 8876/83

A despesa correrá por conta da Verba 2001.03070212.235 Manutenção do Pessoal Envolvido com o Ensino de Primeiro Grau — 3.1.1.1 — Pessoal Civil — 01 — Vencimentos e Vantagens Fixas do Vigente Orçamento, sujeitando-se aos descontos do IPEMAT.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 05 de Abril de 1.983.

Profª MARIA DAS GRAÇAS PINTO ALENCAR
Secretária de Educação e Cultura



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - B - Decreto nº 734/1984

APÊNDICE - B

Decreto nº 734/1984

autorizado a conceder uma contragarantia à União, para essa operação, onerando a cota parte do Fundo de Participação dos Estados.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 20 de junho de 1984, 163º da Independência e 96º da República.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

DJALMA CARNEIRO DA ROCHA

JOÃO MONTEIRO DA COSTA FILHO

ANTONIO EUGENIO BELLUCA

DJALMA METELLO DUARTE CALDAS

ÉLZIO VIRGILIO ALVES CORRÊA

JURACY MARIA DE CAMPOS BRAGA

JOSÉ AUGUSTO MARTINEZ DE ARAÚJO

LEONIDAS DUARTE MONTEIRO

OTAIR DA CRUZ BANDEIRA

GABRIEL NOVIS NEVES

OSCAR CÉSAR RIBEIRO TRAVASSOS

RICARDO JOSÉ SANTA CECÍLIA CORRÊA

JOEL LUIZ BULHÕES

HAROLDO DE ARRUDA

ANTONIO ALBERTO SHOMMER

MAURO CID NUNES DA CUNHA

NELSON MANOEL RODRIGUES

DAS NEVES R.

Grupo: Outras Atividades de Nível

Superior

Categoria Funcional: Técnico em Ciên-

cias Jurídicas e Sociais

Classe "B"

Referência "50"

01 - Ely Maria da Cruz Mendonça

Categoria Funcional: Odontólogo

Classe "B"

Referência "46"

02 - Silvério Corrêa da Costa

Categoria Funcional: Técnico de Admi-

nistração

Classe "A"

Referência "44"

03 - Luzia Eutímia do Nascimento

Grupo: Serviços Auxiliares

Categoria Funcional: Agente Administrativo

Classe "E"

Referência "34"

01 - Josina Pinto da Silva

Classe "D"

Referência "27"

02 - Nancy da Silva Campos

Classe "C"

Referência "23"

03 - Estevina Sant'Ana Pinheiro

04 - Anésia Pinheiro da Silva

Referência "22"

05 - Suleika Szczypior

Grupo: Outras Atividades Auxiliares de

Arrecadação e Fiscalização

Categoria Funcional: Auxiliar de

Arrecadação e Fiscalização

Classe "C"

Referência "22"

01 - Benedito Francisco Gonçalves

Grupo: Transporte Oficial e Portaria

Categoria Funcional: Motorista Oficial

Classe "B"

Referência "23"

01 - Elpidio Costa Magalhães

Art. 2º - Os efeitos financeiros decorrentes deste Decreto,

vigorarão a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 20 de junho de 1984, 163º

da Independência e 96º da República.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

DJALMA METELLO DUARTE CALDAS

DECRETO Nº 733 DE 20 DE JUNHO DE 1984

Dispõe sobre a prorrogação de prazo estipulado no artigo 2º do Decreto nº 546, de 16.03.84.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere artigo 42, item III, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por 30 (trinta) dias, o prazo constante no artigo 2º do Decreto nº 546, de 16.03.84 publicado no Diário Oficial da mesma data, que dispõe a respeito da entrega da proposta para reorganização da Estrutura e quadro do pessoal da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 20 de junho de 1984. 163º da Independência e 96º da República.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

DJALMA METELLO DUARTE CALDAS

DECRETO 734 DE 20 DE JUNHO DE 1984.

Prorroga Prazo de Portarias da Secretaria de Educação e Cultura, publicado no Diário Oficial de 19/12/1983.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item III, do Artigo 42 da Constituição Estadual,

Considerando a necessidade e relevância dos serviços educacionais prestados pelo pessoal do Magistério; Considerando a realização do Concurso Público de

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 731 DE 20 DE JUNHO DE 1984

Dispõe sobre exclusão de servidor cedido à Prefeitura Municipal de Aripuanã e retificação de parte do Decreto nº 567, de 02.04.84.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 42, item III, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º - Fica excluída do Decreto nº 641, de 08 de maio de 1984, a servidora NICASSIA FIGUEIREDO DE CARVALHO, cedida à Prefeitura Municipal de Aripuanã.

Art. 2º - Fica retificado no Decreto nº 567, de 02.04.84; o nome da servidora MAGDA TORNELLO PEDRO CAMPOS, cedida à Prefeitura Municipal de Barra do Garças, para considerá-la como MAGDA TONELLO PEDRO LEMOS.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 20 de junho de 1984. 164º da Independência e 96º da República.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

DJALMA METELLO DUARTE CALDAS

DECRETO Nº 732 DE 20 DE JUNHO DE 1984

Dispõe sobre reenquadramento de servidor nos diversos Grupos Ocupacionais do Plano de Classificação de Cargos e Salários, da Administração Direta, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, item III, da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na Lei nº 3793, de 11 de outubro de 1976, e nos Decretos nºs 565, de 08 de agosto de 1980, 599, de 03 de setembro de 1980, 613, de 12 de setembro de 1980, 612, de 12 de setembro de 1980 e Decreto nº 1752, de 19 de fevereiro de 1980.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reenquadrados nas Classes e Referências especificadas, os servidores abaixo relacionados:

Magistério para provimento em caráter efetivo dos cargos de professores;

Considerando ainda, a fase preparatória dos Atos de Nomeação para preenchimento de vagas dos cargos efetivos, da Carreira do Magistério Público Estadual;

DECRETA:

Artigo 1º — Ficam prorrogadas, até 31 de Julho de 1984, todas as Portarias de Admissão de professores interinos, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino.

Parágrafo Único — Os professores que, mediante apreciação da Direção da Escola, não corresponderem a expectativa média do ensino — aprendizagem poderão ser afastados ou desligados do Sistema.

Artigo 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaçuás, em Cuiabá-MT, 20 de junho de 1984, 163º da Independência e 96º da República.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

JURACY MARIA DE CAMPOS BRAGA

DECRETO Nº 735 DE 20 DE JUNHO DE 1984

Torna sem efeito a nomeação da Concursada ao cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, por ter sido considerada desistente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, artigo 42, da Constituição Estadual e,

Considerando o disposto no item 7.3 do Edital nº 04/83/SAD, de 29.09.83, que regulamentou o Concurso Público para Fiscal de Tributos Estaduais, e item IV da Portaria nº 069/84/SAD, de 25.01.84, que homologou o referido Concurso;

Considerando o disposto no artigo 14 da Lei nº 1.638, de 28.10.61 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado),

Considerando finalmente o não comparecimento para a entrega da documentação exigida pela Portaria nº 069/84/SAD, de 25.01.84, e para a efetivação da respectiva posse,

DECRETA:

Art. 1º — Fica sem efeito a nomeação de EDNA PEREIRA DOS SANTOS, ao cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, nomeada pelo Decreto nº 569, de 02.04.84 por ter sido considerada desistente nos termos do Edital nº 04/83/SAD, e Portaria nº 069/84/SAD, por não haver apresentado a documentação exigida, nem tomado posse no prazo legal.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaçuás, em Cuiabá, 20 de Junho de 1984, 163º da Independência e 96º da República.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

DJALMA METELLO DUARTE CALDAS

JOSÉ AUGUSTO MARTINEZ DE ARAÚJO SOUZA

DECRETO Nº 736 DE 20 DE JUNHO DE 1984

Abre na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Entidades Supervisionadas o Crédito Suplementar na Importância de Cr\$ 31.300.000,00 (trinta e um milhões e trezentos mil cruzeiros).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 42, da Constituição do Estado e autorizado pelo item III, do Artigo 6º, da Lei 4.629, de 09 de dezembro de 1983.

DECRETA:

Artigo 1º — Fica aberto na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Entidades Supervisionadas o Crédito Suplementar na importância de Cr\$ 31.300.000,00 (trinta e um milhões e trezentos mil cruzeiros), para reforço da dotação consignada no vigente orçamento:

- 2600 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
- 2602 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos — Entidades Supervisionadas
- 2602.03070251 807 - Projetos a Cargo do Departamento de Obras Públicas
- 4310 - Transferências Intragovernamentais Cr\$ 31.300.000,00
- 00 - Recursos Ordinários.

Artigo 2º — O Crédito Suplementar aberto pelo Artigo anterior será coberto nos termos do item III, § 1º, do Artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

- 2700 - Secretaria de Transportes
- 2702 - Secretaria de Transportes - Entidades Supervisionadas
- 2702 16070211 808 - Projetos a Cargo do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso
- 3210 - Transferências Intragovernamentais Cr\$ 31.300.000,00
- 00 - Recursos Ordinários

Artigo 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º — Revogam-se as disposições em contrário Palácio Paiaçuás, em Cuiabá, 20 de junho de 1984, 163º da Independência e 96º da República.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

ANTÔNIO EUGÊNIO BELLUCA

JOSÉ AUGUSTO MARTINEZ DE ARAÚJO SOUZA

RICARDO JOSÉ SANTA CECILIA CORRÊA

DECRETO Nº 737 DE 20 DE JUNHO DE 1984

Abre na Casa Civil - Entidades Supervisionadas o Crédito Suplementar na Importância de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 42, da Constituição do Estado e autorizado pelo item III, do Artigo 6º, da Lei 4.629, de 09 de dezembro de 1983.

DECRETA:

Artigo 1º — Fica aberto na Casa Civil - Entidades Supervisionadas o Crédito Suplementar na importância de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para reforço da dotação consignada no vigente orçamento:

- 1200 - Casa Civil
- 1202 - Casa Civil - Entidades Supervisionadas
- 1202 15080332 801 - Manutenção da PROSOL
- 3210 - Transferências Intragovernamentais Cr\$ 20.000.000,00
- 00 - Recursos Ordinários.

Artigo 2º — O Crédito Suplementar aberto pelo Artigo anterior será coberto nos termos do item III, § 1º, do Artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

- 1600 - Gabinete de Planejamento e Coordenação
- 1601 - Gabinete de Planejamento e Coordenação
- 1601.03070211.191 - Apoio ao Fundo de Investimento de Mato Grosso
- 4310 - Transferências Intragovernamentais Cr\$ 20.000.000,00
- 00 - Recursos Ordinários.

Artigo 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio Paiaçuás, em Cuiabá, 20 de junho de 1984, 163º da Independência e 96º da República.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS

ANTÔNIO EUGÊNIO BELLUCA

JOSÉ AUGUSTO MARTINEZ DE ARAÚJO SOUZA

DJALMA ROCHA

DECRETO Nº 738 DE 20 DE JUNHO DE 1984

Abre na Casa Civil o Crédito Suplementar na Importância de Cr\$ 261.584.000,00 (duzentos e sessenta e um milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil cruzeiros).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere o item III, do Artigo 42, da Constituição do Estado e autorizado pelo item III, do Artigo 6º, da Lei 4.629, de 09 de dezembro de 1983.

DECRETA:

Artigo 1º — Fica aberto na Casa Civil o Crédito Suplementar na importância de Cr\$ 261.584.000,00 (duzentos e sessenta e um milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil cruzeiros), para reforço da dotação consignada no vigente orçamento:

- 1200 - Casa Civil
- 1201 - Casa Civil



Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7595 / 7624

E-mail: quintasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - C - Decreto nº 795/1984

APÊNDICE - C

Decreto nº 795/1984

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 795 DE 24 DE JULHO DE 1984

Prorroga prazo fixado no Decreto nº 734, de 20 de Junho de 1.984.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item III, do artigo 42, da Constituição Estadual,

Considerando o grande número de aprovados no concurso público para ingresso na carreira do Magistério Estadual;

Considerando que entre a nomeação e a posse de cada um dos professores decorrerá lapso de tempo superior ao previsto no Decreto nº 734, de 20 de junho de 1.984;

Considerando que durante esse período estariam os professores abrangidos pelo Decreto nº 734/84, em situação irregular, porque vencida a prorrogação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo previsto no artigo 1º do Decreto nº 734, de 20 de junho de 1984, relativamente a todos os professores em exercício até que se proceda a nomeação e posse dos aprovados

Parágrafo Único - Empossado o professor cessarão, individualmente, os efeitos deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 24 de Julho de 1984, 163º da Independência e 96º da República.

WILMAR PERES DE FARIAS

DJALMA METELLO DUARTE CALDAS

JURACY MARIA DE CAMPOS BRAGA

DECRETO Nº 796 DE 24 DE JULHO DE 1984

Abre na Secretaria de Agricultura-Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de Cr\$ 63.263.778,00 (sessenta e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, setecentos e setenta e oito cruzeiros).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere o Item III, do Artigo 42, da Constituição do Estado e autorizado pelo Item III do Artigo 6º, da Lei 4 629, de 09 de Dezembro de 1983,

DECRETA:

Artigo 1º — Fica aberto na Secretaria de Agricultura-Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cr\$ 63 263 778,00 (sessenta e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, setecentos e setenta e oito cruzeiros), para reforço da dotação consignada no vigente orçamento:

- 1800 - Secretaria de Agricultura
- 1802 - Secretaria de Agricultura-Entidades Supervisionadas
- 1802.04160951 802 - Projeto a Cargo da Companhia de Armazens e Silos de Mato Grosso-CASEMAT
- 4310 - Transferências Intragovernamentais Cr\$ 63.263.778,00
- 01 - Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados

Artigo 2º — O crédito suplementar aberto pelo Artigo anterior será coberto nos termos do II § 1º do Artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de Março de 1964, pelo ex-

cesso de Arrecadação do Fundo de Participação dos Estados-FPE, previsto para o corrente exercício.

Artigo 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Artigo 4º — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 24 de Julho de 1984, 163º da Independência e 95º da República

WILMAR PERES DE FARIAS

EUCÁRIO ANTUNES QUEIRÓS

JOSE AUGUSTO MARTINEZ DE ARAÚJO SOUZA

ELZIO VIRGILIO ALVES CORRÊA

DECRETO Nº 797 DE 24 DE JULHO DE 1984

Abre-na Casa Civil, o crédito suplementar, o valor de Cr\$ 37 000.000,00 (trinta e sete milhões de cruzeiros).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere o Item III, do Artigo 42, da Constituição do Estado e autorizado pelo Item III, do Artigo 6º, da Lei 4 629 de 09 de Dezembro de 1983;

DECRETA:

Artigo 1º — Fica aberto na Casa Civil, o crédito suplementar, no valor de Cr\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de cruzeiros), para reforço da dotação consignada no vigente orçamento:

- 1200 - Casa Civil
- 1201 - Casa Civil
- 1201.03070212.007 - Assessoramento Governamental
- 3130 - Serviços de Terceiros e Encargos Cr\$ 37.000.000,00
- 01 - Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados

Artigo 2º — O crédito suplementar aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do Item II, § 1º, do Artigo 43, da Lei 4 320, de 17 de Março de 1964, pelo excesso de arrecadação do Fundo de Participação dos Estados-FPE, previsto para o corrente exercício.

Artigo 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio Paiaguás em Cuiabá, 24 de Julho de 1984, 163º da Independência e 95º da República

WILMAR PERES DE FARIAS

EUCÁRIO ANTUNES QUEIRÓS

JOSE AUGUSTO MARTINEZ DE ARAÚJO SOUZA

DJALMA ROCHA

DECRETO Nº 798 DE 24 DE JULHO DE 1984

Abre na Secretaria de Segurança Pública, o crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000 000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere o Item III, do Artigo 42, da Constituição do Estado e autorizado pelo Item III, do Artigo 6º da Lei 4 629, de 09 de Dezembro de 1983;

DECRETA:

Artigo 1º — Fica aberto na Secretaria de Segurança Pública, o crédito suplementar no valor de Cr\$ 20 000.000 00 (vinte milhões de cruzeiros), para reforço da dotação consignada no vigente orçamento:

- 2500 - Secretaria de Segurança Pública
- 2501 - Secretaria de Segurança Pública
- 2501 06070212.050 - Manutenção da Secretaria de Segurança Pública
- 3120 - Material de Consumo Cr\$ 20.000 000,00
- 01 - Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados

Artigo 2º — O crédito suplementar aberto pelo Artigo anterior será coberto nos termos do Item II, § 1º, do Artigo 43, da Lei 4 320, de 17 de Março de 1964, pelo excesso de arrecadação do Fundo de Participação dos Estados-FPE, previsto pelo corrente exercício.